

Movimento nacional em marcha contra o lítio

Os pedidos de prospeção em curso abrangem uma área de 86 mil hectares em zonas com interesse para a preservação, contabilizou a Zero. Movimentos cívicos ganham expressão e têm conseguido parar projectos em Portugal e Espanha

Luísa Pinto

De um lado da barricada, está o interesse em avançar com a prospeção geológica do país e a exploração de minérios cuja procura desenhou um movimento ascendente associado à mobilidade eléctrica. Do outro lado, está a necessidade de preservar o património ambiental e natural do país e defender o território e as suas populações. E essa defesa tem ganho cada vez mais força até se transformar já num movimento de âmbito nacional de oposição ao lítio em Portugal. O Estado terá sempre a última palavra.

Em Portugal, estes interesses antagónicos estão bem explícitos nos dois projectos que estão mais avançados na corrida ao lítio – o projecto de Covas do Barroso, em Boticas, que está agora nas mãos da inglesa Savannah; e o projecto da mina do Romano, em Sepeda, Montalegre, que está nas

mãos da portuguesa Lusorecursos. Tanto Montalegre, como Boticas foram no ano passado reconhecidos pela UNESCO como Património Agrícola Mundial. E a promessa de investimento de muitos milhões de euros e de criação de postos de trabalho já não é o suficiente para convencer a população. Fernando Queiroga, presidente da Câmara de Boticas, disse ao PÚBLICO que não vendia a paisagem e o património do seu concelho a troco de 120 ou 140 empregos. “Prefiro tentar arranjá-los de forma mais sustentável, e duradoura, do que estes empregos que chegam aqui e passado uns anos vão-se embora”, afirmou o autarca.

Estes interesses antagónicos estão também explícitos no caso do pedido de prospeção e pesquisa que a Fortescue, uma empresa australiana, fez entrar nos serviços da Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) para uma área em pleno parque nacional da Peneda-Gerês, a chamada área do “Fojo”, mas que entendeu retirar, na

sequência do significativo movimento cívico de contestação que se criou em seu redor. A Fortescue desistiu desta área mas, confirmou o PÚBLICO junto da empresa australiana, não tem em marcha mais nenhuma alteração aos outros pedidos, pelo que mantém os 21 feitos para diferentes áreas, quase todas no norte e centro do país. A contestação, essa, continua a ganhar força em todo o país.

Na região centro, o consórcio INature, que agrega uma rede de 12 territórios de importância ambiental classificada, empenhou-se em fazer chegar à DGEG, no âmbito do período de consulta pública que está a decorrer em vários pedidos, um apelo para que não avancem as autorizações requeridas, invocando os efeitos que elas poderiam trazer ao nível dos habitats naturais e dos ecossistemas, mas também na gestão da paisagem e no equilíbrio do sistema agro-pastoril. Este grupo inclui um conjunto extenso de 340 agentes públicos, privados e associativos.

Pedidos de prospeção de lítio dispararam nos últimos meses e todos têm um grande grupo australiano em comum



No terreno, e nas redes sociais, as populações vão exprimindo o seu receio acerca do que se anuncia para estes territórios – e evocam os casos pouco felizes de exemplos do passado, em que as minas fecharam, deixando atrás de si passivos ambientais de elevada gravidade para a saúde das populações.

Mas o que ninguém nega, também, é que caso se confirme o interesse económico no investimento (o que está muito dependente das cotações internacionais do minério) e as autoridades governamentais assim o permitam, a intenção final é abrir minas de exploração. E para os dois casos mais avançados, os já referidos projectos de Montalegre e do Barroso, ambas as propostas falam de extracção mineira a céu aberto, com desmonte de terrenos que, anunciou o Governo, depois será para repor. Na vizinha Espanha, onde a Extremadura espanhola também foi inundada com pedidos de prospeção e pesqui-

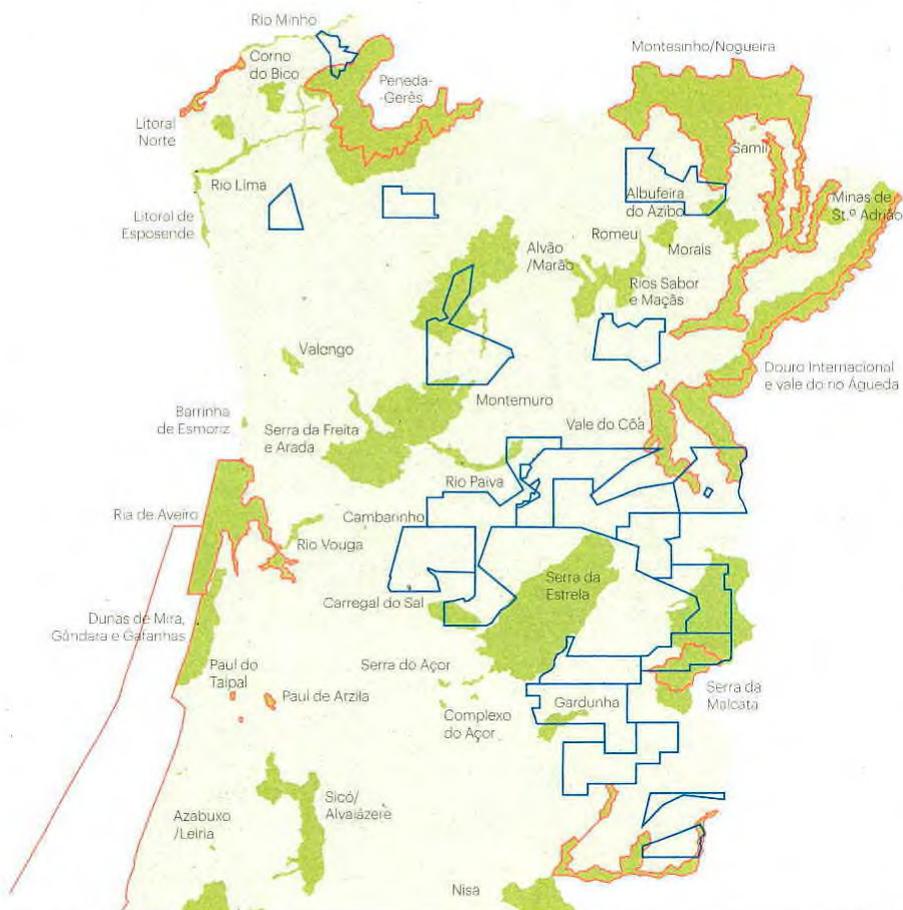
sa, um projecto que ia relativamente avançado para exploração de lítio junto à cidade património da Humanidade de Cáceres, que havia sido aprovado pelo Governo de Madrid, esbarrou no parecer negativo do executivo regional.

As últimas notícias que envolvem o projecto conhecido como Valdeflores, que está a ser dinamizado pela empresa Tecnología Extremeña del Lítio, dos australianos da Plymouth em consórcio com os espanhóis da Saeyr, dão conta de uma multa de 2500 euros por parte da Direcção-Geral do Ambiente espanhola por ter avançado com trabalhos de prospeção sem ter em sua posse uma declaração de impacto ambiental. A empresa terá ainda de repor tudo como estava antes dos desmontes efectuados, uma punição que deverá ser substancial mais cara.

O facto de as autoridades locais serem praticamente as últimas a pronunciar-se sobre estes projectos é que explica, por exemplo, que em Boticas

Mapa dos pedidos de exploração em reservas naturais

□ Áreas pedidas □ Áreas protegidas e rede natura □ Áreas da protecção especial



Fonte: ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

“A Câmara de Montalegre não quer hipotecar o seu futuro por causa do desígnio do lítio”

Orlando Alves
Presidente da Câmara de Montalegre

Montalegre fez ajuste directo a sócio da Lusorecursos

Luísa Pinto

A Câmara de Montalegre entregou por ajuste directo em Setembro de 2017 à empresa Ecoholding a realização do Plano Municipal Florestal e de Conservação da Natureza do concelho, por 50 mil euros. É uma empresa que tem sede nas instalações da Junta de Freguesia de Montalegre e onde trabalham várias pessoas ligadas ao Partido Socialista local, como a presidente da Junta de Freguesia de Pitões das Júnias, Lúcia Jorge, e o presidente da União das Freguesias de Seselhe e Covelães, José Bento Dias. Um dos donos desta firma é Ricardo Pinheiro, também ele dono da Lusorecursos, a empresa com quem o Estado assinou, a 28 de Março deste ano, o contrato de exploração na concessão “Romano”, na freguesia de Sepeda, com vista a abertura de uma mina de lítio. O projecto está dependente do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), que a empresa tenciona elaborar até ao final do ano.

Questionado pelo PÚBLICO acerca da razão de ter feito um ajuste directo à Ecoholding e até que ponto conhecia os seus proprietários, o presidente da Câmara de Montalegre, Orlando Alves, confirmou ao PÚBLICO que conhecia bem os técnicos que nela trabalhavam e tinha plena confiança no seu trabalho. “Fizeram o trabalho que era preciso e entregaram-no com qualidade, era um trabalho muito importante, até para a candidatura à atribuição de fundos comunitários”, explicou o autarca.

O presidente da Câmara de Montalegre diz que este trabalho “não tem rigorosamente nada a ver” com o andamento do processo da mina de lítio, nem com a empresa Lusorecursos, desvalorizando o facto de as duas empresas serem propriedade da mesma pessoa e terem sede nas mesmas instalações. Orlando Alves diz que conhece os donos da Lusorecursos, “os actuais e os dissidentes”,

referindo-se ao facto de António Marques, antigo líder da Associação Industrial do Minho, já não estar na estrutura accionista da empresa que assinou contrato com o Estado em Março deste ano. A Lusorecursos Portugal Lithium foi criada três dias antes da assinatura do contrato, mas isso não foi impeditivo de ele ser assinado. Nem isso nem o facto de tanto Ricardo Pinheiro como António Marques serem arguidos num processo de investigação a fraudes com fundos comunitários. Ricardo Pinheiro é acusado de quatro crimes económicos na investigação do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) à Associação Industrial do Minho. António Marques é acusado de mais de 70 crimes.

Orlando Alves considera que foram “questões de dinheiro” que separaram os dois antigos sócios agora desavindos e recorda-se que também terão sido problemas de dinheiro que levaram à ruptura do contrato que a Lusorecursos chegou a assinar com a Novo Lítio, dos australianos da Dakota. “Foram tempos de má memória”, limita-se a comentar o autarca, referindo-se à tensão entre empresas – a Lusorecursos contratou serviços de prospecção à Novo Lítio e esta tinha expectativas de ficar com a licença da mina –, que levou mesmo à presença da polícia e terminou nos tribunais. O autarca diz que pediu uma audiência com o ministro do Ambiente para se inteirar da situação e garante que o que lhe foi explicado é que não havia nada que pudesse travar a assinatura do contrato (de 35 anos).

É durante o EIA que o presidente da Câmara de Montalegre diz que vai ter oportunidade de se pronunciar e informou ter a intenção de contratar peritos na matéria que lhe possam garantir uma posição equilibrada. “Não vamos permitir que venham aqui tirar pedras e levá-las para outro sítio”, começa por dizer Orlando Alves, acrescentando que também não acredita que a empresa chegue a criar os 500 postos de trabalho que prometeu.

a Savannah tenha já feito várias sondagens em profundidade sem que a autarquia disso tivesse tido conhecimento. “A Câmara autorizou trabalhos de exploração de quartzo e feldspato em 2004, para uma área de 70 hectares. A área já vai em 500 hectares, e já fizeram mais de uma centena de furos e plataformas, e a câmara nunca foi tida nem achada”, queixou-se o presidente Queiroga.

O Governo tem anunciado várias medidas para acautelar estas preocupações ambientais, sublinhando que os concessionários terão de fazer planos sujeitos a avaliação ambiental todos os anos, e garantiu existir a obrigatoriedade de repor todos os trabalhos no terreno à condição inicial, manifestado até a intenção de repartir com os municípios os royalties mineiros.

No caso de Boticas, e a confirmarem-se os royalties de 3% que propõe a empresa, 1,5% seria para a autarquia. “Não vendo as paisagens e o bem-estar das populações por

nenhum preço”, limitou-se a afirmar Queiroga. E fala, por exemplo, na criação da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso, dinamizada por duas cidadãs emigradas. Uma das últimas iniciativas desta associação foi participar no encontro ContraMINAccion, que dinamiza acções de protesto conta as minas de lítio em Espanha.

Regras mais claras

A associação ambientalista Zero contabilizou todos os 26 pedidos para atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais publicados nos últimos 16 meses. Em 19 desses pedidos, o lítio aparece mencionado claramente como uma das massas minerais a prospectar e a área abrangida atinge 616.265 hectares. E destes há uma área global de cerca de 86 mil hectares designados pelo Governo português como sendo relevante para a conservação, para os quais há pendentes pedidos de prospecção e pesquisa. Fala de quase 27

mil hectares dispersos por nove pedidos em áreas inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (sendo de destacar os Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural do Tejo Internacional ou até a Reserva Natural da Serra da Malcata, esta última com 56% da sua área incluída num dos pedidos para prospecção), dos 77 mil hectares em área de Sítios de Importância Comunitária (SIC) e 19 mil hectares em Zonas de Protecção Especial (ZPE), neste caso, em seis pedidos.

Em comunicado, a Zero defende regras mais claras para a apresentação destes pedidos e pede que “a atribuição de direitos de prospecção envolvendo áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas deva ser recusada em linha com o cumprimento da legislação em vigor, de forma a acautelar os impactes sobre os valores naturais em presença, paisagem e modo de vivência das populações”.

luisa.pinto@publico.pt